



# DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

Conforme Lei Municipal nº 3.132, de 15 de janeiro de 2025  
<https://diario.pmariranha.com.br/>

Sexta-feira, 19 de Dezembro de 2025

ANO I | EDIÇÃO CXV

PÁGINA 1

## CADERNO I - EXECUTIVO

### Atos Oficiais

#### Portarias

#### PORTARIA N.º 116/2025 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2025

##### DESIGNA SERVIDORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EMERSON ANTONIO TROVÓ, Prefeito do Município de Ariranha, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, etc...

CONSIDERANDO, o período de férias do Procurador Jurídico Sr. Valter Araujo Junior que será de 20/12/2025 até 20/01/2026;

CONSIDERANDO, a necessidade de nomear um servidor responsável para elaboração e emissão de Pareceres em todos os atos oficiais que se fizerem necessário.

##### RESOLVE:

Art. 1º:- Fica designada a Sra. KEILA BIDÓIA, Oficial Jurídico, para elaborar e emitir Pareceres em todos os atos oficiais que se fizerem necessários, assim como assinar Portarias, Decretos e Leis, de 22/12/2025 a 20/01/2026, durante o período de férias do Procurador Jurídico.

Parágrafo Único: Fica assegurando à servidora designada, o direito de receber seus vencimentos pela referência do cargo de Procurador Jurídico, no período das férias do Procurador Jurídico.

Art. 2º:- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

SECRETARIA DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARIRANHA, AOS 16 DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO DE 2025.

EMERSON ANTONIO TROVÓ

\_\_\_\_\_  
PREFEITO MUNICIPAL

VALTER ARAUJO JUNIOR

\_\_\_\_\_  
PROCURADOR JURÍDICO

## Portarias

#### PORTARIA N.º 119/2025 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2025

##### DISPÕE SOBRE LICENÇA DE SERVIDORA.

EMERSON ANTONIO TROVÓ, Prefeito do Município de Ariranha, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, etc...

Art. 1.º - Fica concedida Licença para tratar de interesses particulares, pelo prazo de 180(cento e oitenta) dias, à servidora SANDRA REGINA BASSI, conforme Artigo 81, VI e artigo 91, da Lei 1.221/91, a partir desta data.

Art. 2º:- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

SECRETARIA DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARIRANHA, AOS 18 DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO DE 2025.

EMERSON ANTONIO TROVÓ

\_\_\_\_\_  
PREFEITO MUNICIPAL

VALTER ARAUJO JUNIOR

\_\_\_\_\_  
PROCURADOR JURÍDICO

## Atos Oficiais

### Leis

#### LEI N.º 3.207 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2025

##### **(Projeto de Lei n.º 088/2025, de autoria do Executivo Municipal)**

##### DISPÕE SOBRE PAGAMENTO DE TRIBUTOS E ISENÇÃO.

EMERSON ANTONIO TROVÓ, Prefeito do Município de Ariranha, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, etc...

Art. 1º:- O Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU poderão ser pagos da seguinte maneira:

I - À vista, com desconto de 5% (cinco por cento);

II - Em 06 parcelas iguais e consecutivas, sem desconto.

III - As parcelas serão corrigidas após seu vencimento pela variação do INPC-IBGE.

## Atos Oficiais



# DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

Conforme Lei Municipal nº 3.132, de 15 de janeiro de 2025

<https://diario.pmariranha.com.br/>

Sexta-feira, 19 de Dezembro de 2025

ANO I | EDIÇÃO CXV

PÁGINA 2

Art. 2º:- Fica o Executivo Municipal autorizado a conceder isenção de taxas municipais às entidades que exerçam atividades filantrópicas, beneficentes, religiosas ou culturais, sem fins lucrativos.

Art. 3º:- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

SECRETARIA DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARIRANHA, AOS 16 DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO DE 2025.

EMERSON ANTONIO TROVÓ

\_\_\_\_\_  
PREFEITO MUNICIPAL

VALTER ARAUJO JUNIOR

\_\_\_\_\_  
PROCURADOR JURÍDICO

1. Aceitar reclamações e comunicações dos titulares de dados, prestar esclarecimentos e adotar providências;

2. Receber comunicações da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) e adotar as medidas cabíveis;

3. Orientar servidores públicos e prestadores de serviços quanto às práticas de proteção de dados pessoais;

4. Monitorar o cumprimento da LGPD e das políticas internas de proteção de dados;

5. Apoiar a implementação de medidas técnicas e administrativas voltadas à proteção de dados pessoais.

Art. 3º - O Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais deverá atuar de forma integrada com o Comitê Gestor de Segurança da Informação (CGSI) e com as demais áreas da Administração Municipal, visando garantir a efetividade das políticas de proteção de dados.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SECRETARIA DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARIRANHA, AOS 16 DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO DE 2025.

EMERSON ANTONIO TROVÓ

\_\_\_\_\_  
PREFEITO MUNICIPAL

VALTER ARAUJO JUNIOR

\_\_\_\_\_  
PROCURADOR JURÍDICO

Atos Oficiais

Portarias

## PORTARIA N.º 118/2025 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2025

### DESIGNAÇÃO DO ENCARREGADO PELO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS (DPO)

EMERSON ANTONIO TROVÓ, Prefeito do Município de Ariranha, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO a necessidade de designação de Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais (DPO) no âmbito da Administração Pública Municipal de Ariranha/SP, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

CONSIDERANDO a fundamentação no disposto na Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - LGPD. Ressalta-se a necessidade de assegurar a proteção dos dados pessoais tratados pela Administração Pública Municipal, bem como a importância de estabelecer um canal de comunicação entre o Município, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

RESOLVE:

Art. 1º - Fica designado o Sr. JOÃO BATISTA APPENDINO, Assessor de Informática, CPF. [REDACTED] como Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais (DPO) do Município de Ariranha, com a possibilidade de exercer suas atribuições com o apoio técnico de empresa terceira regularmente contratada, caso necessário.

Art. 2º - Ficam instituídas as Competências do Encarregado (DPO):

Município de Ariranha - SP Diário Oficial assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2, de 2001, e Lei 14.063, de 2020, garantindo autenticidade, validade jurídica e integridade.

Atos Oficiais

Leis

## LEI Nº 3.209, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2025

(Projeto de Lei n.º 090/2025, de autoria do Executivo Municipal)

PÁGINA 2



# DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

Conforme Lei Municipal nº 3.132, de 15 de janeiro de 2025

<https://diario.pmariranha.com.br/>

Sexta-feira, 19 de Dezembro de 2025

ANO I | EDIÇÃO CXV

PÁGINA 3

## APROVA O PLANO MUNICIPAL DE CULTURA DO MUNICÍPIO DE ARIRANHA – CICLO 2026–2036, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EMERSON ANTONIO TROVÓ, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ARIRANHA, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprova e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica aprovado o Plano Municipal de Cultura de Ariranha – ciclo 2026–2036, instrumento decenal de planejamento estratégico da política cultural do Município, na forma do Anexo Único que integra esta Lei.

Art. 2º - O Plano Municipal de Cultura constitui componente estruturante do Sistema Municipal de Cultura, devendo orientar a formulação, execução, monitoramento e avaliação das políticas culturais.

Art. 3º - O Poder Executivo, por meio da Diretoria Municipal de Cultura e Lazer, coordenará a execução e o acompanhamento do Plano, articulando-se com os demais órgãos da administração pública.

Art. 4º - O Plano será revisto a cada 4 (quatro) anos, considerando as diretrizes emanadas do Conselho Municipal de Cultura – COMCULT e o Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais – SMIIC.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SECRETARIA DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARIRANHA, AOS 16 DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO DE 2025.

EMERSON ANTONIO TROVÓ

\_\_\_\_\_  
PREFEITO MUNICIPAL

VALTER ARAUJO JUNIOR

\_\_\_\_\_  
PROCURADOR JURÍDICO

CONSIDERANDO a imposição e a disposição da Lei Federal nº 14.129, de 29 de março de 2021, que trata do Governo Digital e da eficiência pública;

CONSIDERANDO também a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD);

CONSIDERANDO a necessidade de fortalecer a governança de Tecnologia da Informação e Comunicação, a segurança da informação, a gestão de riscos e a continuidade dos serviços públicos;

CONSIDERANDO a realidade administrativa de município de pequeno porte e a execução terceirizada das atividades de Tecnologia da Informação.

### Capítulo I – Do Setor de Tecnologia da Informação

Art. 1º - Fica instituído, no âmbito da Administração Pública Municipal de Ariranha/SP, o Setor de Tecnologia da Informação, responsável pelo planejamento, coordenação, governança e suporte dos recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC.

Art. 2º - Ficam instituídas as Competências da Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC.

- Planejar, coordenar e acompanhar as ações de TIC do Município;
- Apoiar a Administração Municipal na modernização dos serviços públicos e na implantação do Governo Digital;
- Gerir e acompanhar a execução do Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI;
- Apoiar a implementação das políticas de Segurança da Informação, da LGPD e dos planos correlatos;
- Atuar no planejamento, especificação, acompanhamento e recebimento de bens e serviços de TIC;
- Apoiar a gestão de riscos e a continuidade dos serviços de TIC.

Art. 3º - A execução operacional das atividades do Setor de Tecnologia da Informação poderá ser realizada por empresa terceira prestadora de serviços de Tecnologia da Informação, devidamente contratada, sob supervisão e responsabilidade da Administração Municipal.

### Capítulo II – Do Comitê Gestor de Segurança da Informação – CGSI

Art. 4º - Fica instituído o Comitê Gestor de Segurança da Informação – CGSI, com a finalidade de orientar, acompanhar, supervisionar e deliberar sobre ações, políticas, normas e procedimentos relacionados à Segurança da Informação no âmbito da Administração Pública Municipal.

Art. 5º - O Comitê Gestor de Segurança da Informação – CGSI, terá a seguinte Composição:

- Representante da Administração Municipal, que exercerá a presidência do Comitê;
- Representante de empresa terceira prestadora de serviços de Tecnologia da Informação, quando houver contrato vigente;
- Representante do Departamento Jurídico ou Administrativo, conforme designação do Executivo.

Parágrafo Único - Os membros do CGSI serão designados por ato do Prefeito Municipal, podendo ser servidores efetivos, ocupantes de cargos de confiança ou representantes de empresa contratada.

Atos Oficiais

Portarias

## **PORTARIA N.º 117/2025 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2025**

### DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DO COMITÊ GESTOR DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO – CGSI E DO SETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE ARIRANHA/SP.

EMERSON ANTONIO TROVÓ, Prefeito do Município de Ariranha, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais.



# DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

Conforme Lei Municipal nº 3.132, de 15 de janeiro de 2025

<https://diario.pmariranha.com.br/>

Sexta-feira, 19 de Dezembro de 2025

ANO I | EDIÇÃO CXV

PÁGINA 4

Art. 6º - Ficam instituídas as competências do CGSI:

- Analisar, revisar e propor políticas, normas e procedimentos de Segurança da Informação;
- Acompanhar a implementação e a efetividade das políticas de Segurança da Informação;
- Avaliar riscos relevantes relacionados à Segurança da Informação e à TIC;
- Propor medidas corretivas e preventivas para mitigação de riscos e tratamento de incidentes;
- Apoiar o cumprimento da legislação aplicável, especialmente a LGPD;
- Promover a cultura de Segurança da Informação no Município.

## Capítulo III – Disposições Finais

Art. 7º - O CGSI reunir-se-á sempre que necessário ou mediante convocação de seu Presidente, podendo registrar suas deliberações em atas ou relatórios simplificados.

Parágrafo Único - A participação no Setor de Tecnologia da Informação e no Comitê Gestor de Segurança da Informação será considerada serviço público relevante, não remunerada;

Art. 8º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

SECRETARIA DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARIRANHA, AOS 16 DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO DE 2025.

EMERSON ANTONIO TROVÓ

\_\_\_\_\_  
PREFEITO MUNICIPAL

VALTER ARAUJO JUNIOR

\_\_\_\_\_  
PROCURADOR JURÍDICO

## Atos Oficiais

### Leis

#### LEI Nº 3.207, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2025

(Projeto de Lei n.º 091/2025, de autoria do Executivo Municipal)

INSTITUI O SISTEMA MUNICIPAL DE CULTURA DO MUNICÍPIO DE ARIRANHA, DISPÕE SOBRE SUA ESTRUTURA, PRINCÍPIOS, OBJETIVOS, COMPOSIÇÃO, INSTRUMENTOS E INSTÂNCIAS DE GESTÃO DEMOCRÁTICA DA POLÍTICA CULTURAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EMERSON ANTONIO TROVÓ, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ARIRANHA, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprova e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

#### CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Fica instituído o Sistema Municipal de Cultura de Ariranha (SMC), instrumento permanente de articulação, gestão, planejamento, execução e promoção das políticas públicas de cultura no âmbito do Município.

Art. 2º O SMC tem como fundamentos os artigos 215 e 216 da Constituição Federal e os princípios do Sistema Nacional de Cultura, garantindo o direito de todos à cultura e à participação nos processos de gestão cultural.

Art. 3º O SMC rege-se pelos seguintes princípios:

- I - diversidade das expressões culturais;
- II - universalização do acesso aos bens e serviços culturais;
- III - valorização das culturas locais e do patrimônio material e imaterial;
- IV - democratização dos processos decisórios;
- V - transversalidade da cultura nas políticas públicas;
- VI - descentralização das ações;
- VII - fortalecimento da cidadania e da identidade local;
- VIII - continuidade das políticas culturais como política de Estado.

Art. 4º São objetivos do Sistema Municipal de Cultura:

- I - planejar e integrar as ações do poder público e da sociedade civil na área da cultura;
- II - garantir o direito à criação, fruição, difusão e preservação das manifestações culturais;
- III - valorizar e proteger o patrimônio histórico, cultural e natural do Município;
- IV - estruturar e fortalecer os mecanismos de gestão democrática da cultura;
- V - promover a articulação da cultura com educação, juventude, esporte, meio ambiente, assistência social, saúde e Conselho Tutelar;
- VI - estimular a formação, pesquisa e profissionalização cultural;
- VII - apoiar a economia da cultura e o desenvolvimento local



# DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

Conforme Lei Municipal nº 3.132, de 15 de janeiro de 2025

<https://diario.pmariranha.com.br/>

Sexta-feira, 19 de Dezembro de 2025

ANO I | EDIÇÃO CXV

PÁGINA 5

sustentável.

## CAPÍTULO II – DA ESTRUTURA E DOS COMPONENTES DO SMC

Art. 5º O Sistema Municipal de Cultura é composto pelas seguintes instâncias, instrumentos e componentes:

- I – Conselho Municipal de Cultura (COMCULT);
- II – Conselho Municipal do Patrimônio Cultural (COMPACA);
- III – Conferência Municipal de Cultura;
- IV – Plano Municipal de Cultura (PMC) – ciclo 2026-2036;
- V – Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais (SMIIC);
- VI – Instrumentos Municipais de Fomento à Cultura;
- VII – Órgão Gestor: Diretoria Municipal de Cultura e Lazer;
- VIII – Entidades, coletivos, artistas e agentes culturais do Município.

Art. 6º Compete ao SMC:

- I – promover a articulação das políticas culturais entre o Município, o Estado e a União;
- II – formular e executar políticas públicas de cultura;
- III – coordenar programas, ações e instrumentos de fomento;
- IV – assegurar a gestão participativa e descentralizada das políticas culturais;
- V – zelar pela integração entre os componentes do sistema.

## CAPÍTULO III – DO CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA (COMCULT)

Art. 7º O Conselho Municipal de Cultura (COMCULT) é órgão colegiado de caráter deliberativo e consultivo, integrante do SMC, vinculado à Diretoria de Cultura e Lazer.

Art. 8º O COMCULT tem como finalidade propor, acompanhar, fiscalizar e avaliar as políticas públicas culturais e deliberar sobre assuntos de interesse do setor.

Art. 9º Compete ao COMCULT:

- I – colaborar na elaboração e execução do Plano Municipal de Cultura;
- II – opinar sobre diretrizes, planos, programas e projetos culturais;
- III – acompanhar a execução orçamentária da área de cultura;
- IV – propor normas, critérios e procedimentos para o fomento cultural;
- V – deliberar sobre matérias submetidas pela Diretoria de Cultura e Lazer;
- VI – convocar e acompanhar as Conferências Municipais de Cultura;
- VII – elaborar e aprovar seu Regimento Interno.

Art. 10. O Conselho terá composição paritária, sendo:

- I – 50% (cinquenta por cento) de representantes do poder público municipal;
- II – 50% (cinquenta por cento) de representantes da sociedade civil.

§1º A eleição dos representantes da sociedade civil será realizada em fórum público e aberto.

§2º Os representantes do poder público serão designados por ato do Prefeito Municipal.

Art. 11. O mandato dos conselheiros será de 2 (dois) anos, permitida uma recondução por igual período.

Art. 12. As funções dos conselheiros são consideradas de relevante interesse público e não remuneradas.

Art. 13. O COMCULT reunir-se-á mensalmente, e extraordinariamente quando necessário, com atas públicas e acesso digital garantido à população.

## CAPÍTULO IV – DO CONSELHO MUNICIPAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL (COMPACA)

Art. 14. O Conselho Municipal do Patrimônio Cultural (COMPACA) é órgão consultivo e deliberativo do SMC, vinculado à Diretoria Municipal de Cultura e Lazer.

Art. 15. Compete ao COMPACA:

- I – propor políticas e ações de preservação do patrimônio cultural;
- II – analisar e deliberar sobre processos de tombamento e registros;
- III – manter atualizados os Livros do Tombo Municipal;
- IV – acompanhar e fiscalizar as ações de conservação;
- V – propor normas e incentivos à preservação de bens culturais.

Art. 16. A composição do COMPACA será definida por decreto do Executivo e observará representação técnica e comunitária, incluindo, no mínimo, um profissional das áreas de arquitetura ou engenharia civil.

Art. 17. O Fundo Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural funcionará de forma integrada ao Fundo Municipal de Cultura, mantendo sua destinação específica e prestação de contas anual.

## CAPÍTULO V – DO FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA – FMC

Art. 18. Fica criado o Fundo Municipal de Cultura - FMC, vinculado à Diretoria Municipal de Cultura e Lazer, como fundo de natureza contábil e financeira, com prazo indeterminado de duração, de acordo com as regras definidas nesta Lei.

§ 1º. Da Gestão:

I – O FMC será administrado pela Diretoria Municipal de Cultura e Lazer:

II – Fica designado como gestor do fundo o(a) Diretor(a) Municipal de Cultura e Lazer, responsável pela movimentação financeira e prestação de contas.

III – Poderão ser nomeados, se necessário, gestor financeiro e gestor administrativo adjunto, via portaria.

§ 2º. Da Conta Bancária e Receita:

I – Será aberta conta bancária exclusiva em instituição financeira oficial.

II – Constituem receitas do FMC as previstas nesta Lei.

III – Recursos só poderão ser usados em ações e projetos culturais.

§ 3º. Da Execução dos Recursos:



# DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

Conforme Lei Municipal nº 3.132, de 15 de janeiro de 2025

<https://diario.pmariranhacom.br/>

Sexta-feira, 19 de Dezembro de 2025

ANO I | EDIÇÃO CXV

PÁGINA 6

I - O uso dos recursos deverá seguir diretrizes do Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC.

II - Projetos poderão ser financiados via editais ou seleção conforme estabelecido nesta Lei.

III - Despesas administrativas não poderão exceder os limites legais.

## § 4º. Da Transparência:

I - Todas as movimentações e prestações de contas serão publicadas no Portal da Transparência.

II - Relatórios anuais serão submetidos ao CMPC.

Art. 19. O Fundo Municipal de Cultura - FMC se constitui no principal mecanismo de financiamento das políticas públicas de cultura no município, com recursos destinados a programas, projetos e ações culturais implementados de forma descentralizada, em regime de colaboração e co-financiamento com a União e com o Governo do Estado de São Paulo.

Parágrafo Único. É vedada a utilização de recursos do Fundo Municipal de Cultura - FMC com despesas de manutenção administrativa dos Governos Municipal, Estadual e Federal, bem como de suas entidades vinculadas.

Art. 20. São receitas do Fundo Municipal de Cultura -FMC:

I - dotações consignadas na Lei Orçamentária Anual (LOA) do Município de Ariranha e seus créditos adicionais;

II - transferências federais e/ou estaduais à conta do Fundo Municipal de Cultura -FMC;

III - contribuições de mantenedores;

IV - produto do desenvolvimento de suas finalidades institucionais, tais como: arrecadação dos preços públicos cobrados pela cessão de bens municipais sujeitos à administração da Diretoria Municipal de Cultura; resultado da venda de ingressos de espetáculos ou de outros eventos artísticos e promoções, produtos e serviços de caráter cultural;

V - doações e legados nos termos da legislação vigente;

VI - subvenções e auxílios de entidades de qualquer natureza, inclusive de organismos internacionais;

VII - reembolso das operações de empréstimo porventura realizadas por meio do Fundo Municipal de Cultura -FMC, a título de financiamento reembolsável, observados critérios de remuneração que, no mínimo, lhes preserve o valor real;

VIII - retorno dos resultados econômicos provenientes dos investimentos porventura realizados em empresas e projetos culturais efetivados com recursos do Fundo Municipal de Cultura -FMC;

IX - resultado das aplicações em títulos públicos federais, obedecida à legislação vigente sobre a matéria;

X - empréstimos de instituições financeiras ou outras entidades;

XI - saldos não utilizados na execução dos projetos culturais financiados com recursos dos mecanismos previstos no Sistema Municipal de Financiamento à Cultura -SMFC;

XII - devolução de recursos determinados pelo não cumprimento ou desaprovação de contas de projetos culturais custeados pelos mecanismos previstos no Sistema Municipal de Financiamento à Cultura

-SMFC;

XIII - saldos de exercícios anteriores; e

XIV - outras receitas legalmente incorporáveis que lhe vierem a ser destinadas.

Art. 21. O Fundo Municipal de Cultura -FMC será administrado pela, Diretoria Municipal de Cultura e Lazer na forma estabelecida no regulamento, e apoiará projetos culturais por meio das seguintes modalidades:

I - não-reembolsáveis, na forma do regulamento, para apoio a projetos culturais apresentados por pessoas físicas e pessoas jurídicas de direito público e de direito privado, com ou sem fins lucrativos, preponderantemente por meio de editais de seleção pública; e

II- reembolsáveis, destinados ao estímulo da atividade produtiva das empresas de natureza cultural e pessoas físicas, mediante a concessão de empréstimos.

§ 1º Nos casos previstos no inciso II do caput, a Diretoria Municipal de Cultura e Lazer definirá com os agentes financeiros credenciados a taxa de administração, os prazos de carência, os juros limites, as garantias exigidas e as formas de pagamento.

§ 2º Os riscos das operações previstas no parágrafo anterior serão assumidos, solidariamente pelo Fundo Municipal de Cultura -FMC e pelos agentes financeiros credenciados, na forma que dispuser o regulamento.

§ 3º A taxa de administração a que se refere o § 1º não poderá ser superior a três por cento dos recursos disponibilizados para o financiamento.

§ 4º Para o financiamento de que trata o inciso II, serão fixadas taxas de remuneração que, no mínimo, preservem o valor originalmente concedido.

Art. 22. Os custos referentes à gestão do Fundo Municipal de Cultura - FMC com planejamento, estudos, acompanhamento, avaliação e divulgação de resultados, incluídas a aquisição ou a locação de equipamentos e bens necessários ao cumprimento de seus objetivos, não poderão ultrapassar cinco por cento de suas receitas.

Art. 23. O Fundo Municipal de Cultura - FMC financiará projetos culturais apresentados por pessoas físicas e pessoas jurídicas de direito público e de direito privado, com ou sem fins lucrativos.

§ 1º Poderá ser dispensada contrapartida do proponente no âmbito de programas setoriais definidos pela Comissão Municipal de Incentivo à Cultura - CMIC.

§ 2º Nos casos em que a contrapartida for exigida, o proponente deve comprovar que dispõe de recursos financeiros ou de bens ou serviços, se economicamente mensuráveis, para complementar o montante aportado pelo Fundo Municipal de Cultura -FMC, ou que está assegurada a obtenção de financiamento por outra fonte.

§ 3º Os projetos culturais previstos no caput poderão conter despesas administrativas de até dez por cento de seu custo total, excetuados aqueles apresentados por entidades privadas sem fins lucrativos, que poderão conter despesas administrativas de até quinze por cento de seu custo total.

Art. 24. Fica autorizada a composição financeira de recursos do Fundo Municipal de Cultura - FMC com recursos de pessoas jurídicas de direito público ou de direito privado, com fins lucrativos para apoio compartilhado de programas, projetos e ações culturais de interesse





# DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

Conforme Lei Municipal nº 3.132, de 15 de janeiro de 2025

<https://diario.pmariranha.com.br/>

Sexta-feira, 19 de Dezembro de 2025

ANO I | EDIÇÃO CXV

PÁGINA 7

estratégico, para o desenvolvimento das cadeias produtivas da cultura.

§ 1º O aporte dos recursos das pessoas jurídicas de direito público ou de direito privado previsto neste artigo não gozará de incentivo fiscal.

§ 2º A concessão de recursos financeiros, materiais ou de infraestrutura pelo Fundo Municipal de Cultura - FMC será formalizada por meio de convênios e contratos específicos.

Art. 25. Para seleção de projetos apresentados ao Fundo Municipal de Cultura -FMC, fica criada a Comissão Municipal de Incentivo à Cultura - CMIC, de composição paritária entre membros do Poder Público e da Sociedade Civil.

Art. 26. A Comissão Municipal de Incentivo à Cultura - CMIC será constituída por 3 membros titulares e igual número de suplentes.

§ 1º Os 3 membros do Poder Público serão indicados pela Diretoria Municipal de Cultura e Lazer.

§ 2º Os 3 membros da Sociedade Civil serão escolhidos conforme regulamento.

Art. 27. Na seleção dos projetos a Comissão Municipal de Incentivo à Cultura - CMIC deve ter como referência maior o Plano Municipal de Cultura - PMC e considerar as diretrizes e prioridades definidas anualmente pelo Conselho Municipal de Cultura - PMC.

Art. 28. A Comissão Municipal de Incentivo à Cultura - CMIC deve adotar critérios objetivos na seleção das propostas:

I - avaliação das três dimensões culturais do projeto simbólica, econômica e social;

II - adequação orçamentária;

III - viabilidade de execução; e

IV - capacidade técnico-operacional do proponente.

## CAPÍTULO VI - DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE CULTURA

Art. 29. A Conferência Municipal de Cultura é instância de participação social destinada a avaliar, propor e formular diretrizes para as políticas culturais do Município.

Art. 30. A Conferência será realizada a cada dois anos, convocada pelo Poder Executivo, podendo haver edições extraordinárias por iniciativa do COMCULT.

Art. 31. Suas resoluções orientarão a atualização do Plano Municipal de Cultura.

## CAPÍTULO VII - DO PLANO MUNICIPAL DE CULTURA (2026-2036)

Art. 32. O Plano Municipal de Cultura (PMC) é o instrumento decenal de planejamento estratégico da política cultural do Município, com vigência de 2026 a 2036.

Art. 33. O PMC conterá:

I - diagnóstico cultural;

II - diretrizes, objetivos e metas;

III - indicadores e cronograma de execução;

IV - mecanismos de monitoramento e revisão quadrienal.

Art. 34. O PMC 2026-2036 substituirá integralmente o Plano 2015-2025.

Art. 35. A elaboração e acompanhamento do Plano cabem à Diretoria de Cultura e Lazer, com participação do COMCULT e da sociedade civil.

## CAPÍTULO VIII - DO SISTEMA MUNICIPAL DE INFORMAÇÕES E INDICADORES CULTURAIS (SMIIC)

Art. 36. Fica criado o Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais (SMIIC), destinado a reunir, sistematizar e divulgar dados sobre a vida cultural do Município.

Art. 37. O SMIIC abrangerá:

I - cadastro de agentes, entidades e equipamentos culturais;

II - mapeamento de bens e manifestações culturais;

III - indicadores de acesso, investimento e participação;

IV - relatórios anuais públicos e acessíveis.

## CAPÍTULO IX - DO FOMENTO MUNICIPAL À CULTURA

Art. 38. O fomento à cultura dar-se-á por meio de:

I - editais públicos de seleção de projetos culturais;

II - bolsas de incentivo e apoio técnico;

III - parcerias e convênios com entidades públicas e privadas;

IV - apoio a eventos, oficinas e iniciativas culturais locais.

Art. 39. Os processos de fomento obedecerão aos princípios de transparência, impessoalidade, legalidade e prestação de contas.

## CAPÍTULO X - DA GESTÃO, PARTICIPAÇÃO E TRANSPARÊNCIA

Art. 40. A Diretoria de Cultura e Lazer publicará anualmente o Relatório de Gestão Cultural, contendo resultados, indicadores e balanço de recursos aplicados.

Art. 41. Serão garantidos:

I - acesso público às atas dos conselhos e conferências;

II - calendário anual de reuniões e atividades culturais;

III - canal digital para manifestações, denúncias e sugestões.

## CAPÍTULO XI - DA COOPERAÇÃO E ARTICULAÇÃO INTERSETORIAL

Art. 42. O SMC atuará de forma integrada com as políticas públicas municipais de Educação, Juventude, Esporte, Meio Ambiente, Assistência Social, Saúde e Conselho Tutelar, visando o desenvolvimento humano e cultural da população.

Art. 43. O Município poderá celebrar convênios, termos e parcerias com órgãos estaduais, federais e instituições privadas para execução de ações culturais.

## CAPÍTULO XII - DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 44. O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 90 (noventa) dias.

Art. 45. Ficam revogadas expressamente as Leis Municipais nº 2.552/2013, nº 2.771/2017 e nº 3.036/2023.

Art. 46. Ficam reiniciados os mandatos dos conselheiros, mantida a atual equipe para o novo ciclo de gestão do Sistema Municipal de



# DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

Conforme Lei Municipal nº 3.132, de 15 de janeiro de 2025

<https://diario.pmariranha.com.br/>

Sexta-feira, 19 de Dezembro de 2025

ANO I | EDIÇÃO CXV

PÁGINA 8

Cultura.

Art. 47. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SECRETARIA DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARIRANHA, AOS 16 DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO DE 2025.

EMERSON ANTONIO TROVÓ

\_\_\_\_\_  
PREFEITO MUNICIPAL

VALTER ARAUJO JUNIOR

\_\_\_\_\_  
PROCURADOR JURÍDICO

## Atos Oficiais

### Leis

#### LEI N.º 3.208, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2025

**(Projeto de Lei n.º 089/2025, de autoria do Executivo Municipal)**

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DO ART. 1º DA LEI N.º 3.147, DE 24 DE MARÇO DE 2025.

EMERSON ANTONIO TROVÓ, Prefeito do Município de Ariranha, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, etc...

Art. 1º - O Art. 1º da LEI N.º 3.147, DE 24 DE MARÇO DE 2025, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º. O Poder Executivo fica autorizado a celebrar operação de crédito com outorga de garantia junto a Agência de fomento DESENVOLVE/SP, vinculada ao Governo do Estado de São Paulo, até o montante de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais), para aquisição de reservatórios de água, abertura de poço profundo, veículos, triturador de galhos e compactador de resíduos sólidos, aplicada de acordo com o art. 29, III, da Lei Complementar n. 101 de 04 de maio de 2000 e suas demais disposições,

§1º. ....

§2º. ....

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SECRETARIA DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARIRANHA, AOS 16 DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO DE 2025.

EMERSON ANTONIO TROVÓ

\_\_\_\_\_  
PREFEITO MUNICIPAL

VALTER ARAUJO JUNIOR

\_\_\_\_\_  
PROCURADOR JURÍDICO

## Atos Oficiais

### Decretos

#### DECRETO Nº 3.975 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2025





# DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

Conforme Lei Municipal nº 3.132, de 15 de janeiro de 2025  
<https://diario.pmariranha.com.br/>

Sexta-feira, 19 de Dezembro de 2025

ANO I | EDIÇÃO CXV

PÁGINA 9

## REGULAMENTA A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS – LGPD NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE ARIRANHA/SP

EMERSON ANTONIO TROVÓ, Prefeito do Município de Ariranha, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais.

Considerando o disposto na Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), a necessidade de proteção dos dados pessoais tratados pela Administração Pública Municipal, bem como a realidade administrativa do Município de Ariranha/SP e a necessidade de implantação gradual das medidas de conformidade à LGPD.

### Capítulo I – Disposições Gerais

#### Art. 1º – Objeto:

Este Decreto regulamenta, no âmbito da Administração Pública Municipal de Ariranha/SP, a aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD, determinando a implantação gradual de medidas técnicas e administrativas conforme a capacidade institucional do Município.

#### Art. 2º – Definição de Controlador e Operador:

O Município de Ariranha é definido como o Controlador dos dados pessoais tratados no exercício de suas competências legais.

Parágrafo único: Poderão atuar como Operadores os prestadores de serviços contratados, nos termos da LGPD e conforme previsto nos respectivos instrumentos contratuais.

#### Art. 3º – Instituição da Política Municipal de Proteção de Dados Pessoais:

Fica instituída a Política Municipal de Proteção de Dados Pessoais, a ser implementada de maneira progressiva, observando-se os princípios, direitos e deveres estabelecidos na LGPD.

### Capítulo II – Medidas de Adequação e Segurança

#### Art. 4º – Medidas a serem adotadas:

O Município adotará, de forma gradual, medidas destinadas a:

- Promover a segurança e a proteção dos dados pessoais;
- Adequar processos e procedimentos administrativos;
- Orientar servidores e prestadores de serviços quanto à proteção de dados pessoais;
- Mitigar riscos relacionados ao tratamento de dados pessoais.

#### Art. 5º – Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais (DPO):

O Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais (DPO) será designado por ato próprio do Chefe do Executivo, cabendo-lhe as atribuições previstas na LGPD.

#### Art. 6º – Contratos e Instrumentos com Cláusulas de Proteção de Dados:

A Administração Pública Municipal poderá celebrar contratos, termos e outros instrumentos jurídicos com cláusulas específicas de proteção de dados pessoais, conforme a legislação vigente.

### Capítulo III – Disposições Finais

#### Art. 7º – Evolução das Práticas de Proteção de Dados:

Este Decreto não exclui a necessidade de evolução contínua das

práticas de proteção de dados, devendo ser revisado sempre que necessário.

Art. 8º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

SECRETARIA DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARIRANHA, AOS 16 DIAS DE DEZEMBRO DE 2025.

EMERSON ANTONIO TROVÓ

\_\_\_\_\_  
PREFEITO MUNICIPAL

VALTER ARAUJO JUNIOR

\_\_\_\_\_  
PROCURADOR JURÍDICO

Atos Oficiais

Decretos

### DECRETO N.º 3.972 DE 9 DE DEZEMBRO DE 2025

DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÃO DO VALOR DE R\$265.743,81(DUZENTOS E SESENTA E CINCO MIL E SETECENTOS E QUARENTA E TRÊS REAIS E OITENTA E UM CENTAVOS).

EMERSON ANTONIO TROVÓ, Prefeito do Município de Ariranha, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei n.º 3.123, de 04/12/2024.

DECRETA:-

Art. 1.º Ficam suplementadas as seguintes dotações do orçamento vigente:

020100 – GABINETE DO PREFEITO E DEPENDÊNCIAS

04.122.0002.2003.0000 – ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS



# DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

Conforme Lei Municipal nº 3.132, de 15 de janeiro de 2025

<https://diario.pmariranha.com.br/>

Sexta-feira, 19 de Dezembro de 2025

ANO I | EDIÇÃO CXV

PÁGINA 10

3.3.90.39.00 - OUTROS SERV. DE TERCEIROS - P. JURÍDICA - ficha 26 R\$11.500,00

020200 - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

04.123.0002.2004.0000 - ADMINISTRATION E FINANÇAS

3.1.90.04.00 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO - ficha 40 R\$ 1.400,00

3.3.90.14.00 - DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL - ficha 44 R\$ 500,00

3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO - ficha 45 R\$15.502,00

3.3.90.39.00 - OUTROS SERV. DE TERCEIROS - P. JURÍDICA - ficha 47 R\$10.000,00

28.845.0002.2028.0000 - ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

3.3.90.47.00 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS - ficha 59 R\$20.000,00

020300 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.241.0003.2045.0000 - ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL

3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO - ficha 71 R\$ 500,00

08.243.0003.2007.0000 - ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL

3.1.90.13.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS - ficha 76 R\$ 620,00

3.3.90.39.00 - OUTROS SERV. DE TERCEIROS - P. JURÍDICA - ficha 80 R\$ 2.200,00

08.244.0003.2017.0000 - ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL

3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO - ficha 94 R\$ 500,00

3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO - ficha 95 R\$ 4.950,61

3.3.90.36.00 - OUTROS SERV. DE TERCEIROS - P. FÍSICA - ficha 102 R\$96.862,18

020400 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0009.2308.0000 - PROMOÇÃO DA SAÚDE PÚBLICA MUNICIPAL

3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO - ficha 164 R\$27.122,01

10.302.0009.2022.0000 - PROMOÇÃO DA SAÚDE PÚBLICA MUNICIPAL

3.3.90.36.00 - OUTROS SERV. DE TERCEIROS - P. FÍSICA - ficha 185 R\$ 1.000,00

3.3.90.39.00 - OUTROS SERV. DE TERCEIROS - P. JURÍDICA - ficha 186 R\$20.000,00

020500 - SERVIÇOS EDUCACIONAIS

12.306.0007.2047.0000 - ASSISTÊNCIA A EDUCANDOS

3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO - ficha 219 R\$16.000,00

3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO - ficha 222 R\$ 4.767,01

020601 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

12.361.0006.2051.0000 - GERENCIAMENTO E EXECUÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO - ficha 276 R\$ 4.000,00

020700 - DIVISÃO DE CULTURA, ESPORTE E LAZER

13.392.0008.2009.0000 - CULTURA, ESPORTE, TURISMO E LAZER

3.3.90.39.00 - OUTROS SERV. DE TERCEIROS - P. JURÍDICA - ficha 331 R\$10.120,00

020800 - DIVISÃO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

15.451.0010.2033.0000 - EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS E INFRAESTRUTURA URBANA

3.3.90.39.00 - OUTROS SERV. DE TERCEIROS - P. JURÍDICA - ficha 370 R\$18.200,00

=====

TOTAL R\$265.743,81

Art. 2.º As despesas decorrentes com a execução do presente Decreto, correrão por conta de anulação de dotações vigentes:

020200 - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

04.123.0002.2004.0000 - ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

4.4.90.52.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - ficha 54 R\$41.450,00

020300 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244.0003.2017.0000 - ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL

3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO - ficha 96 R\$38.273,86

3.3.90.39.00 - OUTROS SERV. DE TERCEIROS - P. JURÍDICA - ficha 104 R\$167.989,95

020400 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.304.0009.2023.0000 - PROMOÇÃO DA SAÚDE PÚBLICA MUNICIPAL

3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO - ficha 205 R\$ 6.800,00

4.4.90.52.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - ficha 210 R\$ 6.230,00

020700 - DIVISÃO DE CULTURA, ESPORTE E LAZER

13.392.0008.2009.0000 - CULTURA, ESPORTE, TURISMO E LAZER

3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO - ficha 329 R\$ 5.000,00

=====

TOTAL R\$265.743,81

Art. 3º:- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

SECRETARIA DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARIRANHA, AOS 9 DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO DE 2025.

EMERSON ANTONIO TROVÓ

\_\_\_\_\_  
PREFEITO MUNICIPAL

VALTER ARAUJO JUNIOR

\_\_\_\_\_  
PROCURADOR JURÍDICO



# DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

Conforme Lei Municipal nº 3.132, de 15 de janeiro de 2025  
<https://diario.pmariranha.com.br/>

Sexta-feira, 19 de Dezembro de 2025

ANO I | EDIÇÃO CXV

PÁGINA 11